

Pilar III

Relatório de Gerenciamento de Riscos – 4T25

Sumário

1.	Introdução.....	3
2.	Objetivo.....	4
3.	Tabelas	5
3.1.	KM1: Informações quantitativas sobre os requerimentos prudenciais	5
3.2.	OVA - Visão geral do gerenciamento de riscos da instituição	8
3.3.	OV1: Visão geral dos ativos ponderados pelo risco (RWA).....	14
3.4.	LIQA - Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de liquidez.....	15
3.5.	CRA - Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de crédito.....	17
3.6.	CR1 - Qualidade creditícia das exposições	19
3.7.	CR2 - Mudanças no estoque de operações classificadas como ativos problemáticos.....	20
3.8.	CRB - Informações adicionais sobre a qualidade creditícia das exposições.....	21
3.9.	CCRA - Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de crédito de contraparte (CCR)	22
3.10.	SECA - Informações qualitativas sobre o gerenciamento de risco das exposições de securitização	23
3.11.	MRA - Informações qualitativas sobre o gerenciamento de risco de mercado.....	24
3.12.	MR1: Abordagem padronizada - fatores de risco associados ao risco de mercado	26
3.13.	OPD: Exposição associada a derivativos por fator de risco de mercado	27
3.14.	IRRBBA - objetivos e políticas para o gerenciamento de IRRBB.....	28
3.15.	IRRBB1 - Informações qualitativas sobre o IRRBB.....	30
3.16.	ORA - Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco operacional.....	31
3.17.	OR2 – Composição do Indicador de Negócios (BI)	34
3.18.	OR3 – Requerimento de capital para o risco operacional	35

1. Introdução

Em 31 de maio de 2024, foi concluída a fusão entre o UBS A.G. e o Credit Suisse A.G. (“Parent Bank Merger – PBM”), com a consequente incorporação do Credit Suisse A.G. Desta forma, o Banco de Investimentos UBS (Brasil) S.A. (anteriormente Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A.) passou a ser controlado diretamente pelo UBS A.G.

Conforme aprovação do Banco Central do Brasil, a partir de 1º de julho de 2024, o Conglomerado Prudencial UBS Brasil passou a ser composto pelas seguintes entidades: Banco de Investimentos UBS (Brasil) S.A. (anteriormente Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A.), Banco UBS (Brasil) S.A. (anteriormente Banco Credit Suisse (Brasil) S.A.), Credit Suisse (Brasil) S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários, UBS (Brasil) Corretora de Valores S.A. (anteriormente Credit Suisse Hedging-Griffo Corretora de Valores S.A.), UBS Brazil Bahamas Limited (anteriormente Credit Suisse Brazil (Bahamas) Limited), UBS BB Banco de Investimentos S.A., UBS BB Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A., UBS Próprio Fundo de Investimento Financeiro – Multimercado Crédito Privado (anteriormente Credit Suisse Próprio Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior), Credit Suisse “Próprio” Market Maker Fundo de Investimento Financeiro - Multimercado (anteriormente Credit Suisse “Proprio” Market Maker Fundo de Investimento Multimercado Investimento no Exterior) e UBS Brazil Access Fund Limited (anteriormente Credit Suisse Brazil Arbitrage Fund Limited), tendo como empresa líder o Banco de Investimentos UBS (Brasil) S.A.

Em 26 de janeiro de 2026, o Banco Central do Brasil aprovou a incorporação da Credit Suisse (Brasil) S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários ao seu controlador Banco de Investimentos UBS (Brasil) S.A.

Até a data de emissão deste relatório não havia ocorrido nenhuma outra mudança na estrutura societária do grupo no Brasil, além das mencionada acima.

O processo de gerenciamento de riscos do Conglomerado UBS Brasil está baseado em uma cultura de disciplina e transparência, visando uma abordagem prudente e apropriada na tomada de riscos. A Diretoria estabeleceu controles e limites, com o objetivo de identificar, mensurar, mitigar e gerir os riscos do grupo.

2. Objetivo

Este relatório apresenta informações referentes ao Conglomerado Prudencial UBS Brasil requeridas pela Resolução BCB nº 54/20 que dispõe sobre a divulgação do Relatório de Pilar 3.

As informações aplicáveis ao Conglomerado Prudencial UBS Brasil são divulgadas de acordo com a periodicidade definida pela norma e demonstrada a seguir:

	Tabelas	Frequência
Indicadores prudenciais e gerenciamento de riscos	KM1 - Informações quantitativas sobre os requerimentos prudenciais	Trimestral
	OVA - Visão geral do gerenciamento de riscos da instituição	Anual
	OV1 - Visão geral dos ativos ponderados pelo risco (RWA)	Trimestral
Indicadores de liquidez	LIQA - Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de liquidez	Anual
	CRA - Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de crédito	Anual
Risco de crédito	CR1 - Qualidade creditícia das exposições	Semestral
	CR2 - Mudanças no estoque de operações classificadas como ativos problemáticos	Semestral
	CRB - Informações adicionais sobre a qualidade creditícia das exposições	Anual
Risco de crédito de contraparte (CCR)	CCRA - Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de crédito de contraparte (CCR)	Anual
Exposições de securitização	SECA - Informações qualitativas sobre o gerenciamento de risco das exposições de securitização	Anual
Risco de mercado	MRA - Informações qualitativas sobre o gerenciamento de risco de mercado	Anual
	MR1 - Abordagem padronizada - fatores de risco associados ao risco de mercado	Trimestral
	OPD - Exposição associada a derivativos por fator de risco de mercado	Trimestral
IRRBB	IRRBBA - objetivos e políticas para o gerenciamento de IRRBB	Anual
	IRRBB1 - Informações qualitativas sobre o IRRBB	Anual
Risco Operacional	ORA - Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco operacional	Anual
	OR2 - Composição do Indicador de Negócios (BI)	Anual
	OR3 - Requerimento de capital para o risco operacional	Anual

3. Tabelas

3.1. KM1: Informações quantitativas sobre os requerimentos prudenciais

Objetivo: Apresentar as principais métricas estabelecidas pela regulamentação prudencial.

Conteúdo: Informações quantitativas referentes aos componentes do capital regulamentar, à Razão de Alavancagem e aos indicadores de liquidez

	a	b	c	d	e	
	December-25	September-25	June-25	March-25	December-24	
Capital regulamentar - valores						
1	Capital Principal	4.426.865.680	6.186.084.539	6.247.875.088	6.466.363.758	6.604.534.829
	Capital Principal corresponde à linha 1 deduzindo, conforme aplicável, o valor estabelecido pelo:					
	- art. 4º. caput. inciso I. alínea "i". e §§ 8º e 9º. da Resolução CMN nº 4.955. de 21 de outubro de 2021;					
1a	ou - art. 3º. caput. inciso I. alínea "i". §§ 8º e 9º. da Resolução BCB nº 199. de 11 de março de 2022.	4.426.865.680	6.186.084.539	6.247.875.088	6.466.363.758	6.604.534.829
2	Nível I	4.426.865.680	6.186.084.539	6.247.875.088	6.466.363.758	6.604.534.829
2a	Nível I considerando a apuração do Capital Principal conforme linha 1a	4.426.865.680	6.186.084.539	6.247.875.088	6.466.363.758	6.604.534.829
3	Patrimônio de Referência (PR)	4.426.865.680	6.186.084.539	6.247.875.088	6.466.363.758	6.604.534.829
3a	Patrimônio de Referência (PR) considerando a apuração do Capital Principal conforme linha 1a	4.426.865.680	6.186.084.539	6.247.875.088	6.466.363.758	6.604.534.829
3b	Excesso dos recursos aplicados no ativo permanente	0	0	0	0	0
3b1	Excesso dos recursos aplicados no ativo permanente considerando o PR conforme linha 3a	0	0	0	0	0
3c	Destaque do PR	0	0	0	0	0
Ativos ponderados pelo risco (RWA) - valores						
4	RWA total	12.332.779.622	14.173.300.099	17.554.166.119	15.937.666.690	17.869.716.329

4b RWA corresponde à linha 4 deduzindo, conforme aplicável, o valor referente ao inciso XII do caput do art. 4º ponderado pelo Fator de Ponderação de Risco (FPR) estabelecido no art. 82-A, ambos os comandos da Resolução 229, de 12 de maio de 2022.

12.332.779.622 14.173.300.099 17.554.166.119 15.937.666.690 17.869.716.329

Capital regulamentar como proporção do RWA						
5	Índice de Capital Principal (ICP)	35,90	43,65	35,59	40,57	36,96
5a	Índice de Capital Principal (ICP) considerando: - Numerador: corresponde à linha 1a - Denominador: corresponde à linha 4b	35,90	43,65	35,59	40,57	36,96
6	Índice de Nível 1 (%)	35,90	43,65	35,59	40,57	36,96
6a	Índice de Nível 1, considerando: - Numerador: corresponde à linha 2a - Denominador: corresponde à linha 4b	35,90	43,65	35,59	40,57	36,96
7	Índice de Basileia	35,90	43,65	35,59	40,57	36,96
7a	Índice de Basileia, considerando: - Numerador: corresponde à linha 3a - Denominador: corresponde à linha 4b	35,90	43,65	35,59	40,57	36,96
Adicional de Capital Principal (ACP) como proporção do RWA						
8	Adicional de Conservação de Capital Principal - ACPConservação (%)	2,50	2,50	2,50	2,50	2,50
9	Adicional Contracíclico de Capital Principal - ACPContracíclico (%)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10	Adicional de Importância Sistêmica de Capital Principal - ACPSistêmico (%)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11	ACP total (%)	2,50	2,50	2,50	2,50	2,50
12	Margem excedente de Capital Principal (%)	25,40	33,15	25,09	30,07	26,46
12a	Margem excedente de Capital Principal (%) considerando o Capital Principal conforme linha 1a	25,40	33,15	25,09	30,07	26,46
Razão de Alavancagem (RA)						
13	Exposição total	24.517.287.883	29.560.722.024	28.698.346.222	32.387.400.578	33.834.288.182

13a	Exposição total corresponde à linha 13 deduzindo, conforme aplicável, o valor referente ao inciso XII do caput do art. 4º da Resolução 229, de 12 de maio de 2022.	24.517.287.883	29.560.722.024	28.698.346.222	32.387.400.578	33.834.288.182
14	RA (%)	18,06	20,93	21,77	19,97	19,52
14a	RA considerando:					
	i. Numerador: corresponde à linha 2a	18,06	20,93	21,77	19,97	19,52
	ii. Denominador: corresponde à linha 13a					
Indicador Liquidez de Curto Prazo (LCR)						
15	Total de Ativos de Alta Liquidez (HQLA)*	0	0	0	0	0
16	Total de saídas líquidas de caixa*	0	0	0	0	0
17	LCR (%)*	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indicador de Liquidez de Longo Prazo (NSFR)						
18	Recursos estáveis disponíveis (ASF)*	0	0	0	0	0
19	Recursos estáveis requeridos (RSF)*	0	0	0	0	0
20	NSFR (%)*	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

*Não aplicável: instituição não sujeita a esse requerimento.

Comentários: As variações mais significativas entre Dezembro/24 e Dezembro/25, referem-se, principalmente a diminuição no RWA total e Patrimônio de Referência (PR) devido a distribuição de dividendos no período.

3.2 OVA - Visão geral do gerenciamento de riscos da instituição

Objetivo: Descrição das estratégias de gerenciamento de riscos e da atuação do conselho de administração (CA) e da diretoria, de modo a permitir o claro entendimento da relação entre o apetite por riscos da instituição e as suas principais atividades e riscos relevantes.

Conteúdo: Informações qualitativas.

A. Apetite de Riscos

Gerenciar e controlar o risco é um elemento central das atividades comerciais do Grupo UBS Brasil¹ e o risco é uma consequência inevitável da condução dos negócios bancários. Portanto, o objetivo é identificar e entender os principais riscos em uma base atual e prospectiva, entender as concentrações potenciais de risco, definir níveis de tolerância ao risco e gerenciar o negócio com um equilíbrio adequado entre risco e retorno, dentro dos níveis de tolerância ao risco aprovados pelo UBS Brasil ExCo (Diretoria Executiva). Em última análise, o Grupo UBS Brasil é responsável por garantir que os riscos assumidos estejam alinhados com as prioridades e valores estratégicos e dentro das tolerâncias de assunção de riscos.

Os principais fundamentos para uma cultura sólida de gerenciamento e controle de riscos incluem:

- O UBS Brasil ExCo, que analisa e aprova: (i) os níveis gerais de tolerância ao risco, (ii) a estratégia do Grupo UBS Brasil executável dentro da tolerância ao risco definida, e a (iii) estrutura de gerenciamento integrado de risco;
- A Alta Administração do Grupo UBS Brasil que incute uma cultura de risco sólida e robusta, alinhando o planejamento de negócios, a execução e as medições e decisões de desempenho dentro das tolerâncias de risco aprovadas pelo UBS Brasil ExCo;
- Líderes/equipes de gerenciamento de negócios que tornam a identificação, avaliação, medição e gerenciamento de riscos componentes críticos de sua execução diária de negócios;
- Funções independentes e eficientes de controle de risco que garantam um bom acompanhamento e supervisão das atividades e forneçam medição e comunicação transparentes do risco/desempenho;
- Processos de gestão de talentos que fornecem níveis suficientes de planejamento de sucessão para cargos-chave e desenvolvem, atraem e retêm níveis pessoais apropriados para garantir que a administração, os colaboradores responsáveis ou aqueles que influenciam as decisões de risco material tenham o conhecimento, e as habilidades para identificar, medir, monitorar e controlar efetivamente os riscos relevantes;
- Todos os colaboradores do Grupo UBS Brasil devem entender e cumprir os Padrões de Governança, o Código de Conduta e Ética e os Princípios de Recompensa Total, e aderir

¹ O conglomerado prudencial do Grupo UBS Brasil, resultante da integração com as entidades do Grupo Credit Suisse Brasil a partir de 1º de julho de 2024, é composto pelas seguintes entidades legais: Banco de Investimentos UBS (Brasil) S.A., Banco UBS (Brasil) S.A., UBS BB Banco de Investimento S.A., UBS BB Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A., UBS (Brasil) Corretora de Valores S.A., UBS Brazil Bahamas Limited, UBS Próprio Fundo de Investimento Financeiro – Multimercado Crédito Privado, Credit Suisse “Próprio” Market Maker Fundo de Investimento Financeiro - Multimercado, UBS Brazil Access Fund Limited, designadas em conjunto como “Grupo UBS Brasil” ou “Conglomerado Prudencial”.

aos principais comportamentos de responsabilidade com integridade, colaboração e inovação.

A gestão e o controle de riscos a nível das instituições destinam-se a apoiar as decisões de risco/retorno. A governança abrangente, juntamente com processos alinhados de risco, conformidade e finanças, são projetados para ajudar a proteger o Grupo UBS Brasil de danos à sua solidez financeira, desempenho e reputação. Ao mesmo tempo, os processos de gerenciamento e controle de risco ajudam a garantir que os objetivos de risco e retorno sejam adequadamente equilibrados, a fim de alcançar ganhos e crescimento sustentáveis.

Os níveis de apetite ao risco propostos são revisados e aprovados com periodicidade mínima anual pelo UBS Brasil ExCo e monitorados mensalmente no *Brazil Risk and Capital Committee* (BRCC). A estrutura de apetite ao risco, assim como os princípios e governança de riscos estão detalhados na Política de Gestão de Riscos do Grupo UBS Brasil.

B. Estrutura e Responsabilidades

A estrutura de governança de risco permite a identificação, medição, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação de cada família de risco, incluindo o risco de efeitos adversos decorrentes das interações entre eles. Destina-se a *stakeholders* internos e externos, incluindo colaboradores do Grupo UBS Brasil, a Alta Administração e aos membros do UBS Brasil ExCo. Ela foi desenvolvida levando em consideração o tamanho, a complexidade e o perfil de risco do Grupo UBS Brasil e para se alinhar às expectativas regulatórias e melhores práticas de governança.

Os principais objetivos da estrutura de governança de risco do Grupo UBS Brasil são:

- Definir uma forte cultura de risco que influencie as práticas de governança e promova decisões de risco alinhadas com a RAS do Conglomerado Prudencial;
- Estabelecer uma abordagem segura e sólida para a gestão de riscos por meio da governança de riscos;
- Manter um processo de planejamento estratégico que forneça transparência e consistência, bem como alinhamento com metas organizacionais mais amplas em relação ao apetite e cultura de risco;
- Criar um sistema sólido de gerenciamento de riscos que identifique, avalie, monitore e controle os riscos do Conglomerado Prudencial; e
- Definir práticas prudentes de remuneração e desempenho.

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos do Grupo UBS Brasil segue as melhores práticas de mercado bem como as exigências locais regulatórias. As responsabilidades sobre o gerenciamento de risco no UBS estão estruturadas em três linhas de defesa:

- Primeira linha de defesa: as áreas de negócio, que realizam a gestão dos riscos por elas originados;
- Segunda linha de defesa: é uma unidade integrada, única e independente que executa os controles dos riscos de forma a assegurar que os riscos do UBS sejam gerenciados de acordo com o apetite de risco, as políticas e os procedimentos estabelecidos. A unidade Group Risk Control (GRC) possui a estrutura de áreas específicas para o gerenciamento dos riscos de mercado, crédito, liquidez, social, ambiental e climático e riscos não financeiros.

- Terceira linha de defesa: a auditoria interna realiza a avaliação independente das atividades desenvolvidas na instituição, verificando a efetiva implementação do gerenciamento dos riscos e o cumprimento das normas internas e regulatórias.

O UBS Brasil ExCo é o responsável final pelo estabelecimento, aprovação, supervisão e revisão da estrutura de gestão e governança de riscos do Grupo UBS Brasil, estratégias e limites, e pela implementação do acima exposto pela administração. Para gerenciar adequadamente o risco representado pela estratégia do Grupo UBS Brasil, o UBS Brasil ExCo garante que o nível de especialização dos colaboradores esteja adequado as tarefas a serem realizadas, bem como as suas responsabilidades estejam bem definidas, de forma a manter um padrão de excelência que a indústria bancária local e os reguladores exigem. O Grupo UBS Brasil possui alguns comitês que auxiliam no gerenciamento de riscos da instituição e tem como responsabilidade a revisão contínua da estrutura de gerenciamento e controle de riscos e capital, como o BRCC.

C. Canais de Comunicação

O Grupo UBS Brasil promove a cultura de riscos e isto afeta a forma de como agir e está firmemente enraizada nas três chaves para o sucesso: Pilares, Princípios e Comportamentos. Para ajudar a garantir que a cultura promova os objetivos estratégicos, as três chaves para o sucesso foram atualizadas em junho de 2021 para refletir o propósito, promessa ao cliente e imperativos estratégicos.

O Grupo UBS Brasil mantém o 'Código de Conduta e Ética', que estabelece os princípios e práticas que são obrigatórios para todos os colaboradores, incluindo os membros do UBS Brasil ExCo, seguirem sem ressalvas. O Código de Conduta e Ética se aplica em todas as circunstâncias. O UBS não tolera violações do Código ou de outras políticas e regras internas e externas e tomará as medidas apropriadas para lidar com as violações.

Diversos treinamentos são realizados periodicamente para os colaboradores de forma que estes tomem ciência dos riscos envolvidos nas suas atividades e inerentes aos negócios do Grupo UBS Brasil, e como agir tempestivamente caso necessário. O UBS também disponibiliza canais para comunicar os incidentes relacionados ao risco operacional, que possam prejudicar a reputação e/ou causar prejuízos para o Grupo UBS Brasil. Todos os colaboradores e terceiros têm a responsabilidade de reportar tempestivamente os incidentes.

D. Escopo e principais características

A estrutura de apetite ao risco do Grupo UBS Brasil é uma base crítica da cultura de risco do UBS, conforme estabelecido pelas 3 chaves para o sucesso, ou seja, Pilares, Princípios e Comportamentos. O Grupo UBS Brasil atua para o benefício dos clientes e acionistas, colocando a tomada de riscos de forma prudente e disciplinada no centro de todas as decisões.

A estrutura de apetite ao risco do Grupo UBS Brasil foi projetada para garantir que a assunção de riscos em todos os níveis da organização esteja alinhada com os padrões de governança, prioridades estratégicas, planos de capital e liquidez, bem como os Pilares, Princípios e Comportamentos. A estrutura adota uma abordagem abrangente, integrando todos os riscos materiais em toda a empresa e é projetada para proteger a franquia e a reputação do UBS.

Os riscos são uma consequência inerente de estar no negócio, e a identificação, medição, captação, gerenciamento e controle de riscos são elementos centrais das atividades comerciais da empresa. O objetivo não é eliminar todas as fontes de risco, mas sim identificar e entender os riscos e potenciais concentrações de risco e alcançar um equilíbrio adequado entre risco e retorno, aderindo sempre aos Pilares, Princípios e Comportamentos.

E. Processo de reporte

Os relatórios de risco fornecem uma compreensão completa dos principais riscos em todo o Grupo UBS Brasil para que as ações apropriadas possam ser tomadas à luz dos riscos emergentes ou crescentes. Eles apoiam as necessidades diárias de tomada de decisão dos gestores de risco e fornecem informações para entender o perfil de risco e o desempenho, incluindo materiais para o UBS Brasil ExCo, a Alta Administração e os reguladores. Assim, os relatórios de risco fornecem detalhes correspondentes à extensão e variabilidade dos riscos e fornecem cobertura de riscos materiais e emergentes, bem como informações relacionadas ao estresse e à crise.

No caso de uma violação da tolerância ao risco, os processos de escalonamento estão em vigor para garantir uma resposta oportuna e robusta que seja consistente com o nível de risco. Os responsáveis pelo risco devem garantir que a exposição ao risco e as respectivas utilizações sejam continuamente revisadas, avaliadas, monitoradas e desafiadas por meio de discussões entre a 1ªLOD (linha de defesa) e a 2ªLOD (linha de defesa), bem como o BRCC e, se necessário, encaminhadas ao UBS Brasil ExCo. Os responsáveis pelo risco devem fornecer uma atualização com relação a qualquer RAI (Risk Appetite Indicator) que esteja acima dos limites de apetite de risco definidos, incluindo uma análise de causa raiz e um plano de ação corretiva proposto que garanta a correção oportuna.

F. Testes de Estresse

A estrutura interna de testes de estresse do Grupo UBS Brasil está alinhada com a estrutura de apetite ao risco e gerenciamento de risco do UBS. A estrutura de testes de estresse do Grupo UBS Brasil desempenha um papel central em seu apetite ao risco e processos de planejamento de negócios, pois permite garantir que a assunção de riscos em todos os níveis da organização esteja alinhada com as prioridades estratégicas, planos de capital e liquidez, bem como aos Pilares, Princípios e Comportamentos.

O teste de estresse calcula o impacto de um cenário adverso na carteira, tendo em conta a cadeia de causalidade pela qual surgiriam perdas se o cenário se desenrolasse. O teste abrange:

- Compreender os riscos materiais;
- Avaliar o impacto de concentrações de risco significativas;
- Prescrever o uso de suposições e parâmetros que sejam adequadamente severos; e
- Ser claramente documentado e que detalhe os seguintes aspectos:
 - a) Governança e processos relacionados com o programa;
 - b) Objeto, frequência e metodologia de cada teste de esforço;
 - c) Ações destinadas a corrigir as insuficiências reveladas pelo programa, incluindo uma avaliação da sua viabilidade em períodos de tensão;
 - d) Metodologias para a definição de cenários relevantes, quando tais metodologias são empregadas;
 - e) Papel desempenhado pelos especialistas da instituição nas definições relacionadas com os testes de estresse; e
 - f) Limitações metodológicas dos testes de estresse, incluindo aquelas relacionadas à seleção de modelos, seus pressupostos e bancos de dados utilizados.

O programa de testes de estresse se conecta com várias atividades/controles do Grupo UBS Brasil:

- 1) Plano de capital;

- 2) RAS (Risk Appetite Statement); e
- 3) Plano estratégico do Grupo UBS Brasil.

Os resultados e a solvência do Grupo UBS Brasil podem ser afetados adversamente sob estresse, principalmente nas seguintes áreas de risco:

- Risco de crédito: o risco de perda resultante do não cumprimento de suas obrigações contratuais por um cliente ou contraparte para com o Grupo UBS Brasil. Isso inclui risco de liquidação, risco de subscrição de empréstimos e risco de contágio.
- Risco de mercado (carteira de negociação e bancária): o risco de perda resultante de movimentos adversos nas variáveis de mercado. O risco de mercado inclui o risco do emissor e o risco de investimento.
- Risco-país e risco de transferência: o risco de perdas resultantes de eventos específicos do país.
- Risco de liquidez: o risco da empresa não ser capaz de atender com eficiência aos fluxos de caixa atuais e previstos, esperados e inesperados, e às necessidades de garantias sem afetar as operações diárias ou a condição financeira da empresa.
- Risco de captação: o risco de que a empresa não consiga, de forma contínua, emprestar fundos no mercado de forma não garantida (ou mesmo garantida) a um preço aceitável para financiar compromissos reais ou propostos, ou seja, o risco de que a capacidade de financiamento do Grupo UBS Brasil não seja suficiente para apoiar os negócios atuais da empresa e a estratégia desejada.
- Risco cambial estrutural: risco de redução do capital em função de variações cambiais com efeito adverso sobre o capital mantido em moedas diferentes do real.
- Risco não financeiro: o risco de consequências negativas devido ao Risco de Compliance (não cumprimento de leis, regras e regulamentos, políticas e procedimentos internos e código de conduta e ética da empresa), Risco de Crime Financeiro (falha na prevenção de crimes financeiros) e Risco Operacional (processos internos, pessoas, sistemas inadequados ou com falha ou de eventos externos).
- Risco de negócios: o potencial impacto negativo nos lucros de volumes de negócios e/ou margens abaixo do esperado, na medida em que não sejam compensados por uma diminuição nas despesas.

O UBS Brasil ExCo revisa e aprova o plano de estresse integrado do Grupo UBS Brasil.

G. Mitigação de riscos

Para mitigar os riscos tomados, o Grupo UBS Brasil definiu limites e alertas (*flags*) para os diversos riscos assumidos, que são acompanhados periodicamente. Também, a fim de mitigar os riscos tomados, o Grupo UBS Brasil estabeleceu planos de contingência para:

- 1) Recuperação de desastre;
- 2) Liquidez; e
- 3) Capital.

H. Gerenciamento e Adequação de Capital

O Grupo UBS Brasil mantém um processo de gerenciamento de capital com o objetivo de assegurar um nível de Patrimônio de referência adequado às suas necessidades e que possibilite a manutenção e o desenvolvimento das operações de suas entidades, além de atender aos requisitos previstos na Resolução CMN 4.557/17.

Esse processo tem por finalidade garantir que o capital do Grupo UBS Brasil seja suficiente para suportar o desenvolvimento das atividades conduzidas pelas empresas que o integram, além de fazer face aos riscos por elas incorridos. O processo de gerenciamento de capital do Grupo UBS Brasil considera o ambiente econômico no qual as empresas integrantes do Conglomerado Prudencial atuam, e é compatível com a natureza de suas operações, complexidade dos produtos e serviços e o nível de exposição aos riscos. Esse processo é efetuado de forma contínua visando um adequado e frequente acompanhamento dos níveis de capital para a identificação tempestiva de eventos futuros que possam requerer maiores níveis de capital. Como parte do processo de gerenciamento de capital, o UBS implementou indicadores de monitoramento, que consideram não só condições normais de mercado, mas também situações de estresse.

Conforme exigido pela Resolução CMN 4.557/17, foi implementada uma estrutura de gerenciamento de capital que é composta pelo Diretor de Gerenciamento de Capital e pelas áreas de Tesouraria, Finanças e Risco (GRC). Foi elaborado também um Plano de Capital abrangendo um período mínimo de 36 meses que considera os seguintes principais aspectos:

- Projeção de resultados das empresas integrantes do Conglomerado;
- Ambiente econômico e de negócios; e
- Impactos de novas estratégias/negócios.

O monitoramento do capital regulatório e de suas projeções é feito pelo BRCC e pelo ALFO (Fórum de Ativos e Passivos) que se reúnem mensalmente para a revisão dos indicadores, discussão e avaliação de potenciais impactos do nível de capital requerido devido a alterações nos ambientes econômico e regulatório sobre as projeções realizadas e/ou de decisões estratégicas do Grupo UBS Brasil.

3.3 OV1: Visão geral dos ativos ponderados pelo risco (RWA)

Objetivo: Apresentar visão geral do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) utilizado na apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência (PR).

Conteúdo: Informações quantitativas sobre o RWA e o requerimento mínimo de PR conforme estabelecido no art, 4º da Resolução nº 4,958, de 2021 e no art, 4º da Resolução BCB nº 200, de 2022, para Conglomerado do Tipo 3.

		a	b	c
		RWA		Requerimento mínimo de PR
		Dec-25	Sep-25	Dec-25
1	Risco de crédito em sentido estrito	3.084.187.714	2.485.985.585	246.735.017
	<i>Do qual: apurado por meio da</i>			
2	<i>abordagem padronizada</i>	4.751.660.892	4.668.954.408	380.132.871
	<i>Do qual: apurado por meio da</i>			
3	<i>abordagem IRB básica</i>	0	0	0
	<i>Do qual: apurado por meio da</i>			
5	<i>abordagem IRB avançada</i>	0	0	0
6	Risco de crédito de contraparte (CCR)	556.371.072	1.036.384.944	44.509.686
	<i>Do qual: apurado mediante uso</i>			
7	<i>da abordagem SA-CCR*</i>	0	0	0
	<i>Do qual: mediante uso da</i>			
7a	<i>abordagem CEM</i>	436.662.273	946.014.293	34.932.982
9	<i>Do qual: outros</i>	119.708.799	90.370.652	9.576.704
12	Cotas de fundos não consolidados - ativos subjacentes identificados	2.153.567	10.989.711	172.285
	Cotas de fundos não consolidados - ativos subjacentes inferidos	0	0	0
13	conforme regulamento do fundo			
	Cotas de fundos não consolidados - ativos subjacentes não identificados	1.108.948.539	1.135.594.168	88.715.883
16	Exposições de securitização contabilizadas na carteira bancária	0	0	0
20	Risco de mercado	2.093.865.392	4.017.092.354	167.509.231
	<i>Do qual: requerimento calculado mediante abordagem padronizada</i>			
21	<i>(RWAMPAD)</i>	2.093.865.392	4.017.092.354	167.509.231
	<i>Do qual: requerimento calculado mediante modelo interno</i>			
22	<i>(RWAMINT)</i>	0	0	0
24	Risco operacional ¹	5.487.253.337	5.487.253.337	438.980.267
I	Risco de Pagamentos (RWASP)*	0	0	0
	Valores referentes às exposições não deduzidas no cálculo do PR	0	0	0
25				
29	Total (1+6+12+13+14+16+20+24+I+25)	12.332.779.622	14.173.300.099	986.622.370

*Não aplicável: instituição não sujeita a essa metodologia.

¹O valor apurado considera a regra de faseamento prevista no Art. 19 da Resolução BCB nº 356/23, sendo aplicado o percentual correspondente ao período de transição para a composição da parcela do RWAOPAD.

Comentários: As variações mais significativas demonstradas no período acima, referem-se, principalmente a diminuição no requerimento calculado mediante abordagem padronizada (RWAMPAD) e no Risco de crédito de contraparte (CCR), utilizando a abordagem CEM.

3.4 LIQA - Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de liquidez

Objetivo: Explicar as diferenças entre os valores contábeis tais como reportados nas demonstrações financeiras (tabela LI1) e as exposições consideradas para fins da regulação prudencial (tabela LI2).

Conteúdo: Informações qualitativas.

A. Estrutura Organizacional

O risco de liquidez se define como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado de uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

É de responsabilidade do UBS Brasil ExCo assegurar que o Grupo UBS Brasil mantenha níveis adequados e suficientes de liquidez para fazer frente às suas obrigações imediatas e futuras.

O Grupo UBS Brasil tem estrutura única de gerenciamento de riscos, incluindo o risco de liquidez, nos termos definidos pela Resolução CMN 4.557/2017. A atividade de suporte ao gerenciamento do risco de liquidez é realizada pela área de Market and Treasury Risk Control (MTRC), área totalmente independente das áreas tomadoras de risco.

A política definida pelo UBS Brasil ExCo é manter a liquidez em nível suficientemente alto para suportar as operações do Grupo UBS Brasil, levando em conta as necessidades adicionais de liquidez em função dos movimentos de mercado bem como possíveis exposições contingentes ou inesperadas.

B. Estratégia de Captação de Recursos

As principais fontes de *funding* do Grupo UBS Brasil são obtidas de linhas de *funding* da matriz (UBS Group).

C. Mitigação do Risco de Liquidez

Para mitigar o risco de liquidez, o Grupo UBS Brasil possui uma linha de crédito com a matriz que pode ser sacada a qualquer momento. Também definiu limites e *flags* para o risco de liquidez que são acompanhados periodicamente e definiu um plano de contingência.

D. Cenário de Estresse

O monitoramento da liquidez é feito através da análise dos perfis temporais dos fluxos de caixa esperado e estressado, por moeda, das transações e compromissos assumidos por cada empresa do conglomerado. O controle de liquidez é realizado diariamente, em cenário base bem como em cenário de estresse. Em cenário de estresse se consideram saques de depósitos, saques de fianças dadas, chamadas de margem na B3, falhas de pagamento de clientes na *clearing*, bem como perda de caixa devido a pagamento de ajustes em CCPs (Central Counterparties). O Grupo UBS Brasil também definiu apetite de risco baseado no Índice de Cobertura de Liquidez (LCR), conforme Circular BACEN 3.749/2015. Mensalmente, o Grupo UBS Brasil envia o documento DRL (Demonstrativo de Risco de Liquidez) para o Banco Central. Conforme definido em políticas, qualquer deficiência de liquidez identificada deve ser escalada para o UBS Brasil ExCo e ao ALFO.

E. Plano de Contingência

O Grupo UBS Brasil também definiu plano de contingência de liquidez, tanto para curto prazo como para longo prazo.

Estratégia para atender às necessidades de caixa imediatas:

- Emissão de CDIs;
- Linhas de crédito disponíveis (aplicável à entidade UBS BB Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.);
- Redução das posições que demandam margem, liberando a liquidez dada em margem;
- Venda de ativos; e
- Captação de recursos em dólares em linha de curto prazo existente (da matriz).

Estratégia para atender às necessidades de caixa de longo prazo:

- Emissão de LFs;
- Substituição de títulos depositados em margem por fianças;
- Captação de recursos em dólares em emissão de médio ou longo prazo em linha existente (junto à matriz); e
- Capitalização.

F. Ferramentas e Métricas

Para monitoramento diário do perfil de liquidez das empresas do Grupo UBS Brasil e para a análise de estresse no perfil, a área de MTRC utiliza o sistema "Risco", desenvolvido internamente pela área de tecnologia do Grupo UBS Brasil. Esse sistema também é utilizado pelas mesas de operações de renda fixa e de renda variável, permitindo aos operadores e diretores um acompanhamento em tempo real do perfil de liquidez, do P&L e de exposições a riscos de mercado.

Para a confecção do Índice de Cobertura de Liquidez (LCR), a área de MTRC utiliza o sistema "DRL", desenvolvido internamente pela área de Tecnologia do Grupo UBS Brasil.

3.5 CRA - Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de crédito

Objetivo: Descrever as principais características de gerenciamento do risco de crédito.

Conteúdo: Informações qualitativas.

Devem ser descritas as políticas e estratégias de gerenciamento do risco de crédito conforme estabelecido na Resolução nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, e na Resolução BCB nº 265, de 25 de novembro de 2022, destacando:

a) A forma como o modelo de negócios é refletido no perfil de risco de crédito da instituição.

O UBS Brasil atua de forma alinhada às divisões globais do conglomerado, com destaque para o Global Wealth Management (GWM), que atende clientes de alta renda por meio de empréstimos, fianças bancárias e derivativos, voltados principalmente a clientes de Private Banking e suas empresas, sempre com garantias financeiras líquidas e dentro do apetite a risco e políticas internas.

As operações de derivativos, conduzidas pela área de Global Markets, geram risco de crédito de contraparte e são tratadas no escopo do risco de crédito, com atuação seletiva, postura conservadora, exigência de limites, garantias, margens e monitoramento contínuo das exposições.

Após a aquisição do Credit Suisse, o UBS Brasil passou a administrar a área Non-Core & Legacy (NCL), que reúne operações de crédito fora do foco estratégico atual, mantidas em balanço sem perspectiva de expansão ou novos investimentos.

Dadas as características das operações, a carteira crédito possui concentração de risco em clientes classificados com rating investment grade.

b) Critérios utilizados no estabelecimento da política e dos limites internos associados ao risco de crédito.

Conforme apresentado na Política de Gestão de Riscos e no BRCC (Brazil Risk and Capital Committee), a Diretoria do banco determinou limite máximo para a carteira de crédito de 540% do PR e limite máximo para cada contraparte (ou grupo econômico) de 23% do PR.

Adicionalmente, o conglomerado calcula mensalmente a perda esperada de crédito com base em PD, EAD e LGD, tendo sido definido um limite interno de 3%, considerando histórico e planejamento de negócios.

c) Organização da estrutura de gerenciamento do risco de crédito.

O UBS Brasil possui uma única estrutura de gerenciamento do risco de crédito, nos termos da Resolução CMN nº 4.557/17, compatível com a natureza e a complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas da instituição para o conglomerado UBS Brasil, subordinada à CRO. A coordenação geral do processo de gerenciamento do risco de crédito é realizada pela área de Credit Risk Control (CRC) do UBS. A aprovação de crédito ocorre de acordo com a política de alçadas, sendo a delegação das alçadas atribuídas pela matriz, na Suíça.

d) Relação entre a estrutura de gerenciamento do risco de crédito, a política de conformidade e a atividade de auditoria interna.

Na atual estrutura de gerenciamento do risco de crédito, as propostas de crédito ficam sob responsabilidade da primeira linha de defesa. As propostas são encaminhadas para Compliance e Risco de Crédito, atuando como segunda linha de defesa, que realizam as respectivas avaliações de riscos da proposta de acordo com a metodologia de análise da área. Além disso, atuando como a terceira linha de defesa, a Auditoria Interna periodicamente avalia a eficácia dos controles de gestão de risco quanto à sua assertividade na mensuração e mitigação de riscos e aderência aos processos e diretrizes formalizados em normas internas.

e) Escopo e principais tópicos de gerenciamento do risco de crédito incluídos nos relatórios gerenciais para o conselho de administração, o comitê de riscos e a diretoria da instituição.

A área de CRC mensalmente apresenta para o BRCC (Brazil Risk and Capital Committee) o relatório da carteira de crédito do UBS Brasil. O escopo do relatório contempla, dentre outros temas, a distribuição das operações de crédito por divisão, rating, setor econômico, produto de crédito, moeda, risco país, teste de estresse, maiores exposições por clientes, além de histórico de ativos problemáticos e análise de risco reputacional para as operações de crédito.

3.6 CR1 - Qualidade creditícia das exposições

Objetivo: Fornecer visão geral da qualidade das exposições sujeitas ao risco de crédito relativas apenas às operações de crédito, aos títulos de dívida e às operações não contabilizadas no Balanço Patrimonial.

Conteúdo: Valores considerados para fins da regulamentação Prudencial.

		a	b	c	d	f	g
		Valor bruto:		Provisões, adiantamentos e rendas a apropriar	Provisões, adiantamentos e rendas a apropriar Dos quais: RWAcpad	Provisões, adiantamentos e rendas a apropriar Dos quais: RWAcirb	Valor líquido (a+b-c)
		Exposições caracterizadas como ativo problemáticos	Exposições não caracterizadas como ativo problemáticos				
1	Concessão de crédito	0	2.121.224.857	800.064	800.064	0	2.120.424.793
2	Títulos de dívida	0	4.020.789.483	1.263.510	1.263.510	0	4.019.525.973
2.a	dos quais: títulos soberanos nacionais	0	2.735.091.571	0	0	0	2.735.091.571
2.b	dos quais: outros títulos	0	1.285.697.912	1.263.510	1.263.510	0	1.284.434.402
3	Operações não contabilizadas no balanço patrimonial	0	569.490.802	443.210	443.210	0	569.047.592
4	Total (1+2+3)	0	6.711.505.142	2.506.784	2.506.784	0	6.708.998.358

3.7 CR2 - Mudanças no estoque de operações classificadas como ativos problemáticos

Objetivo: Identificar mudanças no estoque de ativos problemáticos entre dois períodos consecutivos, considerando as operações reportadas na tabela CR1.

Conteúdo: Valores considerados para fins da regulamentação prudencial.

		(a)
		Total
1	Valor das operações classificadas como ativos problemáticos ao final do período anterior	0
2	Valor das operações que passaram a ser classificadas como ativos problemáticos no período corrente	0
3	Valor das operações que deixaram de ser classificadas como ativos problemáticos no período corrente	0
4	Valor da baixa contábil por prejuízo	0
5	Outros ajustes	0
6	Valor das operações classificadas como ativos problemáticos no final do período corrente (1+2+3+4+5)	0

Não houve operações classificadas como ativo problemático entre os períodos de Dezembro/24 e Dezembro/25.

3.8 CRB - Informações adicionais sobre a qualidade creditícia das exposições

Objetivo: Prover informações adicionais sobre a qualidade creditícia das exposições reportadas na tabela CR1.

Conteúdo: Informações quantitativas.

e) "Detalhamento do total das exposições por região geográfica no Brasil, por país, por setor econômico e por prazo remanescente de vencimento. A definição de região geográfica e de setor econômico deve ser a mesma aplicada pela instituição para fins do gerenciamento do risco de concentração, nos termos da Resolução nº 4.557, de 2017, e da Resolução BCB nº 265, de 2022.

O UBS Brasil tem uma concentração maior da carteira na região sudeste, onde estão localizadas grande parte das sedes dos clientes corporativos e clientes private banking. Quanto às exposições por setor econômico referente ao mês de dezembro 2025, observa-se uma distribuição entre Administração Pública (64%), Pessoas Físicas (16%), Agropecuária (9%), Holdings (8%) e demais setores (4%).

Em análise ao prazo de vencimento das operações de crédito, excluindo os títulos públicos soberanos, que representam 40.8% do total, o UBS Brasil tem uma maior concentração em operações com o prazo de vencimento acima de 5 anos. Segue abaixo a distribuição por vencimentos referente ao mês de dezembro 2025.

Vencimentos: a) < 1 ano: 26.6%; b) > 1 ano e < 3 anos: 30.8%; c) > 3 anos < 5 anos: 2.8%; d) > 5 anos: 39.8%."

f) Total das operações classificadas como ativos problemáticos segregadas por região geográfica no Brasil, por país e setor econômico, bem como as respectivas provisões e baixas contábeis por prejuízo. A definição de região geográfica e de setor econômico deve ser a mesma aplicada pela instituição para fins do gerenciamento do risco de concentração, nos termos da Resolução nº 4.557, de 2017, e da Resolução BCB nº 265, de 2022.

Para a data base de Dezembro 2025, o UBS Brasil não possuía operações classificadas como ativos problemáticos.

g) Total das exposições em atraso segmentadas por faixas de atraso (menor que 30 dias, entre 31 e 90 dias, entre 91 e 180 dias, entre 181 dias e 365 dias, maior do que 365 dias).

Para a data base de Dezembro 2025, o UBS Brasil não possuía operações em atraso.

h) Segregação do total das exposições reestruturadas, entre aquelas classificadas como ativos problemáticos e as demais.

Total de exposições das operações reestruturadas (BRMM): 0,0.

i) Percentual das dez e das cem maiores exposições em relação ao total do escopo definido na tabela CR1.

A maior concentração é em títulos públicos soberanos que representam 40.8% do total da exposição em dezembro 2025. Excluindo esses títulos, a) Dez maiores exposições: 65%; b) Cem maiores exposições: 97% "

3.9 CCRA - Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de crédito de contraparte (CCR)

Objetivo: Descrever as principais características do gerenciamento do risco de crédito de contraparte (CCR).

Conteúdo: Informações qualitativas.

Devem ser descritas, as políticas e estratégias de gerenciamento do risco de crédito de contraparte conforme estabelecido na Resolução nº 4.557, de 2017, e na Resolução BCB nº 265, de 2022, incluindo as exposições as contrapartes centrais (CCPs), com destaque para:

a) O método utilizado para estabelecer os limites internos para fins do gerenciamento das exposições sujeitas ao risco de crédito de contraparte.

O Risco de Crédito de Contraparte (RCC) é avaliado de forma contínua e prospectiva, com base em modelos internos que utilizam PD, EAD e LGD para cálculo da perda esperada, conforme a regulamentação. A análise considera tanto a exposição corrente quanto a potencial futura, especialmente em operações complexas, complementada por testes de estresse, cenários adversos e avaliação de correlação de riscos, como Wrong-Way Risk.

O gerenciamento do RCC é sustentado por uma estrutura formal de limites, com monitoramento contínuo e processos de escalonamento. A mitigação ocorre por meio de garantias, colaterais, acordos de compensação e, quando aplicável, hedge ou transferência de risco, cuja efetividade é periodicamente avaliada e incorporada à mensuração das exposições.

b) Políticas de avaliação do risco de crédito de contraparte, considerando garantias e outros instrumentos de mitigação.

A avaliação do risco de crédito de contraparte é a mesma que em qualquer outra operação de crédito. O tamanho da operação é mensurado conforme explicado na pergunta anterior. Como instrumento de mitigação de risco aceitamos caixa, títulos públicos ou outros instrumentos financeiros líquidos.

c) O impacto no montante de colaterais que a instituição seria obrigada a empenhar no caso de rebaixamento da sua classificação de crédito.

Não há nos contratos de ISDA/CSA ou Contrato Geral de Derivativos (CGD) requerimento de aumento de colateral em casos de rebaixamento da classificação.

3.10 SECA - Informações qualitativas sobre o gerenciamento de risco das exposições de securitização

Objetivo: Fornecer informações qualitativas sobre as exposições de securitização, conforme definidas na Circular nº 3.848, de 2017.

Conteúdo: Informações qualitativas e quantitativas.

Devem ser descritas as políticas e estratégias do gerenciamento dos riscos relevantes associados a exposições de securitização, tanto na carteira de negociação quanto na carteira bancária. Os processos assemelhados a securitização estruturados em apenas uma classe de priorização de pagamento não devem ser reportados. Devem ser abordados os seguintes aspectos:

A. Objetivos

Atualmente, o Grupo UBS Brasil não executa emissões de valores mobiliários no mercado de capitais visando a securitização de ativos próprios.

B. Participações em SPEs

O Grupo UBS Brasil não atua como contraparte patrocinadora de nenhuma sociedade de propósito específico com o objetivo de atuar no mercado de securitização. O Grupo UBS Brasil também não administra entidades que adquirem títulos de securitização de sua própria emissão/originação.

C. Tratamento Contábil

Atualmente, o Grupo UBS Brasil não executa emissões de valores mobiliários no mercado de capitais visando a securitização de ativos próprios.

D. Descrição de Operações de Securitização

Atualmente, o Grupo UBS Brasil não executa emissões de valores mobiliários no mercado de capitais visando a securitização de ativos próprios.

E. Total de Exposições Cedidas

Atualmente, o Grupo UBS Brasil não executa emissões de valores mobiliários no mercado de capitais visando a securitização de ativos próprios.

3.11 MRA - Informações qualitativas sobre o gerenciamento de risco de mercado

Objetivo: Descrever as principais características do gerenciamento do risco de mercado.

Conteúdo: Informações qualitativas.

Devem ser descritas as políticas do gerenciamento do risco de mercado, conforme estabelecido na Resolução nº 4.557, de 2017, e na Resolução BCB nº 265, de 2022, destacando:

A. Estratégias e Processos

O risco de mercado é definido como possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição, incluindo:

- (i) o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária; e
- (ii) o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (*commodities*), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

A gestão de risco de mercado considera a alocação das operações em Carteira de Negociação e Carteira Bancária, de acordo com os critérios gerais estabelecidos pela Resolução CMN 4.557/2017 e Resolução BCB 111/2021. A carteira de negociação é composta por todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, realizadas com a intenção de negociação. A carteira bancária é composta pelas operações típicas de *Treasury* (relacionadas à gestão de liquidez e do balanço da instituição) e aquelas realizadas sem a intenção de negociação e com *holding periods* mais longos (médio e longo prazos).

O Grupo UBS Brasil realiza *hedge* econômico de operações de clientes e de posições proprietárias para reduzir a sua exposição ao risco de mercado. Também realiza *hedge* de investimentos no exterior. Derivativos são os instrumentos mais utilizados para a execução dos *hedges*.

B. Estrutura Operacional

O Grupo UBS Brasil possui estrutura única de gerenciamento dos riscos, incluindo o risco de mercado, nos termos definidos na Resolução CMN 4.557/2017. A atividade de gerenciamento do risco de mercado é realizada principalmente pela área de Market and Treasury Risk Control (MTRC), área totalmente independente das áreas tomadoras de risco.

O UBS Brasil ExCo definiu apetites de risco baseado na metodologia VaR (Value at Risk) e em cenários de estresse para limitar a tomada de riscos exageradas nos mercados pelas mesas de operações. Para o IRRBB, definiu-se o apetite baseado em ΔNII e ΔEVE e também a criação de uma métrica para monitorar os valores de perdas embutidas. A área de MTRC definiu *flags* baseados em sensibilidades de riscos de mercado que também limitam o tamanho dos riscos tomados pelas mesas de operações.

O monitoramento do risco de mercado é feito através da análise de sensibilidades de riscos e cálculo de perdas potenciais máximas advindas das posições tomadas pelas mesas de operações. O gerenciamento do risco de mercado é realizado diariamente. O Grupo UBS Brasil também envia documentos para o Banco Central do Brasil: DDR (Demonstrativo Diário de Risco), frequência diária e DRM (Demonstrativo de Risco de Mercado), frequência mensal. Conforme definido em políticas, qualquer excesso de tomada de risco identificado deve ser escalado para o UBS Brasil ExCo e ao BRCC.

C. Sistemas

A área de MTRC utiliza o sistema “Risco”, sistema desenvolvido internamente pela área de Tecnologia do Grupo UBS Brasil, para o gerenciamento do risco de mercado do Grupo UBS Brasil. As principais funcionalidades utilizadas são:

- a) Captura diária da exposição do Grupo UBS Brasil aos diversos fatores de risco;
- b) Suporte para cálculo do VaR;
- c) Cálculo de *stress testing*;
- d) Análise de resultado por fator de risco (Risk Based P&L);
- e) P&L para backtesting do VaR;
- f) Cálculo de capital regulatório: parcelas PJURs, PCAM, PACS, CVA, PCOM e DRC; e
- g) Cálculo do IRRBB nas metodologias ΔNII e ΔEVE .

Esse sistema também é utilizado pelas mesas de operações de renda fixa e de renda variável, permitindo aos operadores um acompanhamento em tempo real do P&L e de exposições a riscos, bem como simulações de VaR.

3.12 MR1: Abordagem padronizada - fatores de risco associados ao risco de mercado

Objetivo: Divulgar o montante dos ativos ponderados pelo risco para o risco de mercado apurado mediante abordagem padronizada (RWAMPAD).

Conteúdo: RWAMPAD

	a
	Dec-25
Fatores de risco	RWAMPAD
1 Taxas de juros	750.629.222
1.a Taxas de juros prefixada denominadas em Real (RWAJUR1)	611.367.249
1.b Taxas dos cupons de moeda estrangeira (RWAJUR2)	139.261.973
1.c Taxas dos cupons de índices de preço (RWAJUR3)	0
1.d Taxas dos cupons de taxas de juros (RWAJUR4)	0
2 Preços de ações (RWAACS)	660.008.218
3 Taxas de câmbio (RWACAM)	20.165.872
4 Preços de mercadorias (commodities) (RWACOM)	0
5 RWADRC	284.322.081
6 RWACVA	378.739.999
9 Total	2.093.865.392

Comentários: No total do RWAMPAD, as parcelas que representam maior consumo de capital são: RWAJUR1, RWACVA e RWAACS

Em atendimento ao disposto na Resolução BCB nº 111, não foram realizadas reclassificações de instrumentos para a carteira de negociação ou para a carteira bancária nesse trimestre.

3.13 OPD: Exposição associada a derivativos por fator de risco de mercado

Objetivo: Divulgar o total da exposição associada a instrumentos financeiros derivativos por categoria de fator de risco de mercado, segmentado entre posições compradas e vendidas conforme estabelecido no Art. 15 da Resolução BCB nº 54/20.

Evolução da Carteira de Derivativos - Carteira de Negociação e Carteira Bancária						
Operações no Brasil - Com Contraparte Central						Em Reais Mil
	31/12/25		30/09/25		30/06/25	
Fatores de Risco	Comprada	Vendida	Comprada	Vendida	Comprada	Vendida
Taxas de Juros	2.829.095	559.146	5.934.422	3.181.998	5.417.013	3.069.129
Taxas de Câmbio	1.667.407	644.047	427.886	2.090.815	1.445.395	2.723.334
Ações	10.780.999	9.588.935	14.009.813	14.512.883	11.531.538	9.933.210
Operações no Brasil - Sem Contraparte Central						
	31/12/25		30/09/25		30/06/25	
Fatores de Risco	Comprada	Vendida	Comprada	Vendida	Comprada	Vendida
Taxas de Juros	0	88.434	463.000	83.390	463.000	68.085
Taxas de Câmbio	0	0	6.079	10.939	3.281	130.647
Ações	1.224.124	601.277	6.610.505	5.707.865	8.401.469	7.372.803
Operações no Exterior - Com Contraparte Central						Em Reais Mil
	31/12/25		30/09/25		30/06/25	
Fatores de Risco	Comprada	Vendida	Comprada	Vendida	Comprada	Vendida
<i>Sem Posição</i>						
Operações no Exterior - Sem Contraparte Central						Em Reais Mil
	31/12/25		30/09/25		30/06/25	
Fatores de Risco	Comprada	Vendida	Comprada	Vendida	Comprada	Vendida
Taxas de Juros	0	0	0	0	0	0
Taxas de Câmbio	0	0	93.760	53.186	94.174	54.571
Ações	1.960.473	0	3.159.458	465.000	3.408.296	465.000

3.14 IRRBBA - objetivos e políticas para o gerenciamento de IRRBB

Objetivo: Descrever objetivos e políticas de gerenciamento do risco de variação das taxas de juros em instrumentos classificados na carteira bancária (IRRBB)

Conteúdo: Informações qualitativas e quantitativas.

Informações quantitativas devem se basear na média diária ou mensal no ano da data-base de divulgação.

A. Definição

Define-se como IRRBB a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores dos instrumentos detidos pelo Grupo UBS Brasil destinados à carteira de não negociação frente ao risco da variação das taxas de juros. Como boa parte da carteira de não negociação é marcada na curva, ganhos/perdas embutidos nesta carteira que ainda não impactaram o patrimônio da instituição devem ser gerenciados e monitorados.

Enquadram-se em geral como operações da carteira bancária, aquelas:

- Mantidas até a maturidade;
- Que não têm intenção de negociação; e
- Que não estão sujeitas à reavaliação diária.

B. Descrição das políticas e estratégias

A carteira bancária também inclui os ativos utilizados para empréstimos e outras atividades bancárias tradicionais. O monitoramento de supervisão pelo *Front Office* e *Back Office* garante que as carteiras de negociação e bancárias sejam usadas para o propósito pretendido conforme política interna.

O gerenciamento de risco do IRRBB é complexo e precisa considerar o impacto no longo, curto e médio prazo das mudanças nas taxas de juros no portfólio. O impacto no longo prazo pode ser medido pela aplicação da abordagem de valor econômico enquanto o impacto de curto a médio prazo é melhor capturado pela abordagem baseada em resultados. Os dois pontos de vista são, portanto, complementares e ambas as visualizações devem ser consideradas ao se avaliar IRRBB. As abordagens usadas são:

Abordagem baseada no valor econômico (ΔEVE):

Quando as taxas de juros variam, o valor presente e o valor dos fluxos de caixa futuros mudam. Isso, por sua vez, altera o valor subjacente dos ativos, passivos e instrumentos fora do balanço do Grupo UBS Brasil e, portanto, seu valor econômico.

Abordagem baseada em resultados: Net Interest Income (ΔNII):

A receita líquida de juros é a diferença entre a receita de juros brutos e a despesa de juros brutos decorrentes das operações das carteiras bancárias. A receita e despesa de juros são afetadas pelas mudanças da taxa de juros à medida que as posições são renovadas ou reprecificadas nas novas taxas.

C. Periodicidade de cálculo das medidas de IRRBB

O Grupo UBS Brasil calcula diariamente as métricas de mensuração do IRRBB. Também diariamente a área de MTRC calcula a sensibilidade de risco às taxas de juros que a instituição está exposta (DV01).

D. Cenários

Para o cálculo do IRRBB, o Grupo UBS Brasil usa as abordagens padronizadas para Δ EVE e Δ NII, conforme Circular 3.876/2018, modificada posteriormente pela Circular 3.938/2019 para as instituições enquadrados no Segmento 3 (S3). Para o cômputo da parcela de IRRBB, utiliza-se o maior valor entre o Δ EVE e Δ NII. Os valores são calculados diariamente. O Grupo UBS Brasil estabeleceu apetite de risco para o IRRBB e também monitora os riscos de juros através de cenários de estresse, definidos em comitês internos.

E. Premissas

Para o cálculo do IRRBB, o Grupo UBS Brasil usa as abordagens padronizadas para Δ EVE e Δ NII, conforme Circular 3.876/2018, modificada posteriormente pela Circular 3.938/2019 para as instituições enquadrados no Segmento 3 (S3).

F. Estratégia de hedge das exposições

O Conglomerado Prudencial normalmente usa derivativos para o *hedge* das exposições a taxa de juros na carteira bancária. Não há utilização do tratamento contábil de *hedge accounting*.

G. Principais premissas na modelagem

Os *buckets* utilizados para a alocação das transações conforme os seus vencimentos são:

1D, 1M, 2M, 3M, 6M, 9M, 1A, 18M, 2A, 3A, 4A, 5A, 6A, 7A, 8A, 9A, 10A, 15A e 20A.

Transações sem vencimentos definidos como os depósitos à vista são alocados no 1º *bucket*.

Transações com vencimento definido, mas com possibilidade de pré-pagamento antecipado são alocadas nos seus vencimentos contratuais. O Grupo UBS Brasil não possui operações ativas ou passivas pré-fixadas com possibilidade de pré-pagamento antecipado no valor de curva. As operações existentes nesta categoria são pós-fixadas (indexadas à CDI). Além disso, não possui transações com opcionalidades comportamentais.

Transações com opcionalidades explícitas ou embutidas são automaticamente capturadas e alocadas no seu prazo de vencimento. O sistema de gerenciamento de risco calcula o impacto do choque nas taxas de juros conforme abordagens padronizadas. O Banco possui baixa exposição a depósitos sem vencimento contratual definida em sua estrutura de captação. Como Banco de Investimento, os saldos de caixa mantidos por clientes em contas correntes são relativamente baixos em comparação com a captação total do Banco.

H. Testes

Conforme requerimento da Resolução CMN 4.557/2017, é necessária a realização de avaliação periódica da adequação dos sistemas, rotinas e procedimentos, bem como metodologias e modelos usados para o gerenciamento dos riscos.

Os testes são importantes para identificar deficiências, melhorias necessárias e excessivos riscos operacionais nos processos de gerenciamento de riscos do Grupo UBS Brasil.

Testes periódicos são realizados pelo time de gerenciamento de riscos de forma independente. A auditoria interna também avalia periodicamente os controles implementados nas áreas de gerenciamento de riscos.

Informações quantitativas

		Valor (dias)
1	Premissa de prazo médio de reapreçamento atribuída aos depósitos sem vencimento contratual definido.	1
2	Premissa de prazo máximo de reapreçamento atribuída aos depósitos sem vencimento contratual definido.	1

3.15 IRRBB1 - Informações qualitativas sobre o IRRBB

Objetivo: Informar as variações nos valores de ΔEVE e de ΔNII , de que trata a Circular nº 3.876, de 2018, para cada cenário padronizado de juros prescrito.

Conteúdo: Medidas de IRRBB.

Valores em R\$	a	b	c	d
	ΔEVE		ΔNII	
Data-base	T	T-1	T	T-1
Cenário paralelo de alta	3.563.783	11.927.576	18.022.201	673.173
Cenário paralelo de baixa	945.328	1.496.151	3.188.239	103.010.566
Cenário de aumento das taxas de juros de curto prazo	NA	NA	NA	NA
Cenário de redução das taxas de juros de curto prazo	NA	NA	NA	NA
Cenário steepener	NA	NA	NA	NA
Cenário flattener	NA	NA	NA	NA
Varição máxima	3.563.783	11.927.576	18.022.201	103.010.566
Data-base	December-25		December-24	
Nível I do Patrimônio de Referência (PR)	4.426.865.680		6.604.534.829	

Comentários: o ΔNII apresentou variação devido a implementação do IFRS 9 (Resolução CMN nº 4.966 de 25/11/2021) no Brasil, algumas operações de crédito classificadas como mantidas até o vencimento foram reclassificadas como valor justo no resultado.

3.16 ORA - Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco operacional

Objetivo: devem ser descritas as políticas e estratégias de gerenciamento do risco operacional conforme estabelecido na Resolução nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, e na Resolução BCB nº 265, de 25 de novembro de 2022, destacando:

(a) Políticas e estratégias para o gerenciamento do risco operacional

O gerenciamento do risco operacional no Conglomerado Prudencial UBS Brasil está integrado à estrutura de riscos não financeiros do Grupo e é conduzido de forma contínua, observando o princípio de proporcionalidade em relação à natureza, complexidade e perfil de risco das atividades desenvolvidas no país.

O risco operacional é tratado como inerente às atividades, processos, sistemas, pessoas e serviços prestados pela instituição, incluindo o risco legal, e é gerido com base em políticas corporativas e locais que estabelecem princípios, diretrizes, papéis e responsabilidades, critérios de materialidade e mecanismos de governança.

A estratégia de gerenciamento contempla, entre outros aspectos:

- identificação e avaliação estruturada dos riscos operacionais e legais relevantes, considerando risco inerente, ambiente de controles e risco residual;
- classificação padronizada de eventos e deficiências de controle, com impactos financeiros e não financeiros;
- processos formais para registro, análise, tratamento e remediação de eventos e deficiências, com definição clara de responsabilidades e prazos;
- definição e monitoramento do apetite ao risco operacional por meio de declaração formal aprovada pela Alta Administração, operacionalizada por indicadores e limites estabelecidos na Declaração de Apetite ao Risco (*Risk Appetite Statement*), em alinhamento com a estratégia do Conglomerado;
- mecanismos de escalonamento e reporte tempestivo em caso de desvios relevantes, falhas críticas de controle ou ultrapassagem dos limites de apetite a risco.

De forma geral, o Conglomerado adota postura conservadora e não tolera falhas relevantes de controles, eventos operacionais materiais ou não conformidades intencionais.

(b) Estrutura organizacional, papéis e responsabilidades

O gerenciamento do risco operacional segue o **Modelo das Três Linhas de Defesa**, assegurando adequada segregação de funções, responsabilização das áreas de negócio e supervisão independente:

- **Primeira Linha de Defesa (Linhas de Negócio e Funções de Suporte):** responsável pela identificação, avaliação, mitigação e monitoramento dos riscos operacionais inerentes às suas atividades, bem como pelo desenho, implementação, operação e manutenção dos controles internos, registro de eventos e implementação de planos de ação.

- **Segunda Linha de Defesa (Riscos e Compliance):** responsável pela supervisão independente do gerenciamento do risco operacional, incluindo revisão crítica das avaliações realizadas pela Primeira Linha, validação de severidade e materialidade, monitoramento das exposições em relação ao apetite a risco e acompanhamento da execução e efetividade das ações corretivas.
- **Terceira Linha de Defesa (Auditoria Interna):** responsável por avaliações independentes e periódicas sobre a adequação e a efetividade da estrutura de governança, do gerenciamento de riscos e dos controles internos, reportando seus resultados às instâncias competentes da Alta Administração.

A governança de risco operacional é suportada por fóruns e comitês executivos e de riscos, que acompanham o perfil de risco operacional, deliberam sobre temas relevantes e asseguram alinhamento com a estratégia e o apetite a risco aprovados.

(c) Sistemas, rotinas e procedimentos utilizados para mensurar o risco operacional

A mensuração e o monitoramento do risco operacional são suportados por processos e ferramentas corporativas integradas, padronizadas e auditáveis, incluindo sistemas centralizados para registro de eventos, perdas, deficiências e planos de ação, que asseguram consistência metodológica, rastreabilidade e qualidade das informações.

As principais rotinas incluem:

- processos periódicos de identificação e avaliação de riscos e controles, conduzidos pelas áreas responsáveis;
- registro centralizado de eventos de risco operacional, perdas associadas, deficiências de controle e planos de ação;
- utilização de indicadores e métricas para acompanhamento da exposição ao risco e da efetividade dos controles;
- análises de tendências e identificação de riscos emergentes, com base em eventos ocorridos, deficiências recorrentes e mudanças relevantes no ambiente interno ou externo.

As avaliações consideram de forma consistente o risco inerente, a efetividade do ambiente de controle e o risco residual, permitindo a consolidação do perfil de risco operacional do Conglomerado.

(d) Escopo e contexto dos relatórios gerenciais

O risco operacional é objeto de reporte periódico e estruturado às instâncias de governança apropriadas, com frequência e nível de detalhamento compatíveis com a materialidade e ao perfil de risco.

Os reportes contemplam, conforme aplicável:

- indicadores-chave de risco operacional;
- eventos e perdas operacionais relevantes;
- aderência ao apetite e às tolerâncias de risco aprovadas;
- deficiências de controle identificadas e status dos planos de ação;
- tendências e temas relevantes ou emergentes.

Adicionalmente, eventos significativos, falhas críticas de controle, excedências relevantes ao apetite a risco ou incidentes operacionais com impacto financeiro ou não financeiro, incluindo aspectos legais, regulatórios ou reputacionais, são reportados de forma extraordinária e tempestiva à Alta Administração, independentemente do ciclo regular de reporte.

Os critérios de materialidade consideram impactos financeiros e não financeiros, bem como aspectos operacionais, legais, regulatórios e reputacionais.

(e) Estratégias de mitigação, controles e cultura de risco

A mitigação do risco operacional é baseada em uma combinação de controles preventivos, detectivos e corretivos, desenhados e operados de forma proporcional aos riscos identificados.

As estratégias de mitigação incluem:

- definição, implementação e monitoramento de controles-chave nos processos relevantes;
- análise de causa raiz e remediação estruturada de deficiências de controle, com validação prévia ao encerramento;
- monitoramento contínuo das exposições ao risco e gestão de exceções em relação ao apetite aprovado;
- integração do gerenciamento do risco operacional com domínios correlatos de riscos não financeiros, como gestão de terceiros, continuidade de negócios e segurança da informação.

A cultura de risco é reforçada por meio de políticas formalmente estabelecidas, programas de treinamento mandatórios, comunicação recorrente, incentivo ao reporte transparente de eventos e deficiências e incorporação de lições aprendidas a partir de incidentes, contribuindo para o aprimoramento contínuo do ambiente de controle.

3.17 OR2 – Composição do Indicador de Negócios (BI)

Objetivo: Descrever as principais características da estrutura de gerenciamento do risco operacional.

Conteúdo: Informações qualitativas.

		a	b	c
BI e componentes		December-25	December-24	December-23
1	Componente de juros, arrendamento mercantil e participações (ILDC)	887.487.335		
1a	Receita de juros e arrendamento mercantil (II)	1.537.298.749	1.676.247.937	2.452.415.773
1b	Despesa de juros e arrendamento mercantil (IE)	- 505.727.783	- 763.963.416	- 1.452.925.698
1c	Ativos geradores de juros (IEA)	14.012.106.518	14.315.290.105	21.386.659.946
1d	Receitas de participações (DI)	366.743.546	381.896.005	756.226.050
2	Componente de serviços (SC)	2.452.122.236		
2a	Receita de serviços (FI)	1.117.024.210	1.205.152.474	2.381.948.111
2b	Despesa de serviços (FE)	- 214.171.820	- 631.359.544	- 1.533.520.200
2c	Outras receitas operacionais (OOI)	22.492.044	177.718	26.360
2d	Outras despesas operacionais (OOE)	- 449.791.135	- 190.587.783	- 203.973.912
3	Componente financeiro (FC)	1.060.104.086		
3a	Resultado líquido da carteira de negociação (NTB)	- 105.647.761	237.065.585	53.371.510
3b	Resultado líquido da carteira bancária (NBB)	813.118.511	- 797.735.068	- 1.169.809.282
4	Indicador de Negócios (BI)	4.399.713.657		
5	Indicador de Negócios Ponderado (BIC)	527.965.639		

		a	b	c
Divulgação relativa ao BI		December-25	December-24	December-23
6c	Receitas referentes a serviços de pagamento excluídos do SC	0	0	0
6d	Despesas referentes a serviços de pagamento excluídos do SC	0	0	0

3.18 OR3 – Requerimento de capital para o risco operacional

	a
Requerimento de capital para o risco operacional	December-25
1 Indicador de Negócios Ponderado (BIC)	527.965.639
2 Multiplicador de Perdas Internas (ILM)	1
3 Requerimento de capital para o risco operacional ¹	527.965.639
4 RWAOPAD ¹	6.599.570.846

¹Os valores apresentados não consideram a aplicação da regra de faseamento prevista no Art. 19 da Resolução BCB nº 356/23, sendo utilizados os montantes integrais calculados pela metodologia vigente, sem a incorporação dos percentuais autorizados para o período de transição.